

A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

Galvães está satisfeito com a proposta dos banqueiros de renegociação plurianual. Mas quer juros e taxas de risco menores.

Não consta da proposta de renegociação da dívida externa brasileira a idéia de prazos plurianuais. Foi o que afirmou ontem, em palestra na Escola Superior de Guerra, o ministro da Fazenda, Ernesto Galvães, contrariando as informações atribuídas ao presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, na própria ESG, terça-feira.

Ao que Galvães explicou, a idéia de prazos plurianuais é uma proposta dos bancos credores, que poderá até ser aceita pelo Brasil, dependendo dos níveis de spreads (taxas de risco) e da oportunidade dos juros.

O ministro disse que o Brasil ainda não tem estratégia definida para renegociação da sua dívida, o que deverá ocorrer em novembro, nem mesmo uma proposta plurianual em termos de prazo, que, destacou, "é uma sugestão apresentada pelos bancos credores, que poderá ser mais tarde apreciada, visto que apresenta condições muito boas".

Galvães considerou "uma boa proposta" o acerto feito entre o México e seus credores, de renegociação da sua dívida externa no prazo de 15 anos mais sete de carência, e disse:

— Nenhum governo recusaria uma renegociação plurianual da dívida, porque essa é uma prática que interessa fundamentalmente ao devedor.

Em sua opinião, o que exercerá grande peso no processo de renegociação da dívida externa brasileira será a situação do balanço de pagamentos, em especial do déficit em conta corrente que, ele espera, em 1985 deverá ficar abaixo da previsão de US\$ 4 bilhões.

Para o ministro da Fazenda,



qualquer proposta de renegociação da dívida externa brasileira deverá conter condições de manobras para o próximo governo, pois só em janeiro o Colégio Eleitoral definirá as mudanças políticas no País.

O principal obstáculo

O senador Roberto Campos (PDS-MT) disse ontem no Rio que o principal obstáculo a uma renegociação mais ampla da dívida externa brasileira é o fato de que se está a oito meses do fim do governo e, portanto, a pergunta que se fazem as autoridades financeiras internacionais e o meio bancário é "que durabilidade terão os compromissos de um governo no fim de seu mandato". Entretanto, ele considerou a existência de vários fatores favoráveis, "que tornam oportuno repensar o problema da dívida externa".

Sob o aspecto internacional o momento é favorável. Primeiro, porque a alta das taxas de juros despertou protestos internacionais, não só nos países devedores mas também nos países europeus. Em segundo lugar, os Estados Unidos estão-se dando conta mais profundamente da vulnerabilidade do sistema bancário, a exemplo do que ocorreu com o Continental Illinois. Terceiro, o Brasil já fez bastante progresso no seu ajustamento externo.

Amortizar é mais negócio

Por sua vez, o superintendente de Estudos e Pesquisas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Roberto Fendi Júnior, sugeriu, no Rio, que atualmente é muito mais negócio para o Brasil amortizar sua dívida externa do que continuar pagando juros. Segundo explicou, em condições de taxas de juros reais externas superiores à rentabilidade real do capital investido no País, "é mais negócio para o Brasil a amortização do que alongar a dívida".

Acrescentou que essa constatação deriva do fato de que a relação entre a renda líquida enviada ao Exterior e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro se elevou, de forma excessiva, nos últimos anos, devido

à queda do produto real e da elevação das taxas reais de juros no mercado internacional, "razão pela qual a forma mais adequada de estancar esse processo é reduzir a dívida".

Ele formulou tais questões durante palestra que proferiu na Escola de Guerra Naval sobre o tema "Os desafios do setor externo na retomada da economia".

O parâmetro mexicano

O novo diretor-superintendente do conglomerado financeiro Crefisul, Luiz Fernando Brandt, aconselhou, em Porto Alegre, o Brasil a ficar muito atento às negociações da dívida externa do México com os bancos internacionais, porque o resultado das gestões mexicanas servirá como parâmetro para medir o que o Brasil poderá obter quando for renegociar a sua própria dívida. Brandt, que representou o Citibank (ao qual o grupo Crefisul é associado) como credor do México em negociações anteriores, alertou, no entanto, que "mais importante do que pensar na renegociação é colocar a economia interna do País em ordem".

Ele entende que a inflação brasileira ainda está muito alta (previu que, neste ano, os índices talvez sejam "semelhantes" aos de 1983), e defende uma desindexação da economia como fórmula para diminuir a mais rapidamente.

Impossibilidade prática

O presidente da Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha no Rio Grande do Sul, Ricco Harbich, disse em Porto Alegre, que não vê, "a curto ou médio prazo, possibilidade prática de pagar as nossas dívidas externas e os correspondentes juros". Segundo ele, o Brasil não pode continuar gerando sucessivos superávits comerciais apenas para pagar suas contas, e o novo governo terá, necessariamente, de rever a política de renegociações da dívida.

Harbich entende que pelo menos uma parte dos superávits deve ser usada para financiar as importações e reativar a economia interna.